

J. Freitas



Marcelo Crivella (E) preside reunião em que CCT acolheu restrição a horário de chamadas

Serviço de telemarketing deve ter novas regras para operação

A Comissão de Ciência e Tecnologia aprovou ontem projeto que coíbe abusos e fraudes nos serviços de *telemarketing*. A proposta, que vai ao exame da Comissão

de Constituição e Justiça, também implementa o Registro Nacional de Chamadas – uma lista de quem não deseja receber ligações desse tipo. **Página 8**

Punição para quem financia atos de terrorismo

Emenda acolhida pela CCJ estabelece prisão de até 12 anos a quem ajudar crime organizado. **Página 7**

Comissão só retoma em fevereiro exame do Orçamento

Falta de acordo adia votação de relatórios setoriais e exame do relatório final. **Página 2**

Comissão acompanha caso da greve de fome de bispo

Foram indicados ontem os integrantes da comissão criada para acompanhar protesto

de dom Luiz Cappio contra transposição de águas do São Francisco. **Página 5**

Leopoldo Silva



Suplicy (E), José Nery, Osmar Prado, Chico Alencar e Leticia Sabatella



Senado aprova desvinculação de receitas da União

Após acordo entre governo e oposição, o Plenário do Senado aprovou ontem a proposta que prorroga até 2011 a Desvinculação de Receitas da União (DRU). Por esse mecanismo, o governo federal pode gastar como quiser 20% das verbas do Orçamento vinculadas à educação, à saúde e à previdência social. A proposta será promulgada hoje em sessão do Congresso. **Página 3**



Entre César Borges (E) e Heráclito Fortes, Garibaldi dirige sessão; em pé, Antonio Carlos Júnior (E), Cícero, Kátia e Expedito



O placar eletrônico registra o resultado da votação da DRU: 65 senadores a favor, 6 contra e nenhuma abstenção

Moreira Matiz

Moreira Matiz

Falta de acordo impede votação de três dos dez relatórios setoriais e exame do relatório final do Orçamento da União de 2008

Congresso Nacional aprova créditos para órgãos públicos

Um acordo entre as lideranças partidárias permitiu que o Congresso Nacional aprovasse ontem a abertura de crédito suplementar no valor total de R\$ 694,6 milhões para diversas empresas estatais. A maior parte dos recursos – R\$ 400,7 milhões – vai para a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero), sendo que R\$ 200 milhões são destinados à manutenção dos sistemas de proteção ao voo nas regiões Norte e Sul. O projeto de lei que trata desse crédito (PLN 43/07) também reduz o orçamento de investimento de várias estatais no valor de R\$ 1,454 bilhão.

Foi aprovado ainda o PLN 47/07, que abre crédito especial no valor de R\$ 275,3 mil para o Ministério da Educação, para o pagamento de saldo de precatórios, e o PLN 50/07, que libera R\$ 20,7 milhões para os ministérios do Planejamento e das Cidades, para atender, respectivamente, despesas com administração de imóveis e execução de ações de educação ambiental.

Também foi acolhido o PLN 62/07, que abre crédito de R\$ 255 milhões para o Senado Federal; a Justiça Federal; a Justiça do Trabalho; a Justiça do Distrito Federal e Territórios; a Presidência da República; o Ministério Público da União; e o Ministério das Relações Exteriores. Os recursos serão usados, em sua maioria, em obras, capacitação de servidores e pagamento de despesas.

Foi acatada ainda a prorrogação, até 18 de junho de 2008, do funcionamento da Comissão Especial sobre Mudanças Climáticas.

Comissão só voltará a discutir o Orçamento em fevereiro

Por falta de acordo entre governo e oposição, o que provocou o esvaziamento da reunião convocada para ontem, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) deixou para o início de fevereiro a votação de três dos dez relatórios setoriais e o exame do relatório final do Orçamento da União de 2008.

A oposição queria votar o Orçamento ainda neste ano, enquanto os governistas defendiam o adiamento da discussão. Quando a comissão voltar a se reunir, o Executivo, o Judiciário e o Legislativo já terão anunciado em que áreas devem ser feitos os cortes para ajustar o Orçamento de 2008 ao fim da CPMF, com uma redução de receitas ao redor de R\$ 40 bilhões.

O presidente da CMO, senador José Maranhão (PMDB-PB), convidou os dez relatores setoriais e os líderes partidários no Orçamento para uma reunião no dia 8 de fevereiro. Naquele dia, o relator-geral do projeto orçamentário, deputado José Pimentel (PT-CE), vai apresen-

Consultoria: União poderá gastar quase 90% do previsto

A decisão dos presidentes do Senado e da Câmara, Garibaldi Alves e Arlindo Chinaglia, de adiar a votação do Orçamento da União de 2008 para o início de fevereiro não prejudicará o funcionamento da máquina pública nos primeiros meses do próximo ano. Levantamento da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado (Conorf) informa que a União poderá gastar 89,5%



Terceira reestimativa das receitas federais, sem a CPMF, será feita por Dornelles

tar os critérios que usará para fazer os ajustes ao fim da CPMF, tendo por base as sugestões dos três Poderes. O relatório geral do deputado deverá ser divulgado três dias depois.

Antes disso, o Comitê de Receitas da comissão, presidido pelo senador Francisco Dornelles (PP-RJ), oferecerá a terceira reestimativa das receitas federais para 2008, agora retirando a CPMF. Em entrevista, Dornelles disse ontem acreditar que o ajuste “ficará abaixo dos 38 bilhões de reais da CPMF”, porque a nova previsão

de todas as verbas previstas no projeto de Orçamento enviado ao Congresso.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias prevê que a União pode despender por mês um doze avos da proposta orçamentária original, liberando recursos para pagamentos inadiáveis, como pessoal, dívidas, juros, bolsas de estudo, material para funcionamento do serviço público, entre



José Maranhão convida relatores e líderes para reunião no dia 8 de fevereiro

de receitas incluirá os meses de novembro e dezembro de 2007, cuja arrecadação vem superando as primeiras estimativas.

José Maranhão afirmou que o adiamento da votação do Orçamento “não traz nenhum prejuízo efetivo” à União, pois a Lei de Diretrizes Orçamentárias autoriza o gasto de um doze avos por mês do Orçamento enviado ao Congresso. Lembrou que, mesmo nos anos em que o Congresso vota o Orçamento antes do Natal, a execução só começa a ser feita “lá pelo terceiro mês”.

outros itens. A Conorf calculou que, dos gastos previstos de R\$ 943,4 bilhões de todos os Poderes, poderão ser pagos R\$ 844,3 bilhões mesmo sem a aprovação do projeto de Orçamento para 2008.

– O levantamento mostra que não há motivos para pânico – afirma Fábio Gondim, diretor da Conorf, ao lembrar que em 2006, ano de eleições, o Orçamento só foi aprovado em abril.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário homenageia os 100 anos de Niemeyer

Os senadores reúnem-se às 11h, em sessão especial, para comemorar o centenário de nascimento do arquiteto Oscar Niemeyer. O homenageado participa da sessão mediante videoconferência. Às 14h, está prevista sessão plenária deliberativa.

Presidência

O presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, concede entrevista coletiva, às 15h, em seu gabinete. Às 16h, o senador preside a ordem do dia no Plenário.

CRE examina projetos sobre Brasil e Argentina

Projeto (PLS 55/05) que institui o dia de celebração da amizade Brasil-Argentina será analisado na Comissão de Relações Exteriores (CRE), às 10h. Também em pauta a proposta que fixa a reciprocidade na concessão de prazos de permanência de estrangeiros no Brasil.

Proposta para combater violência infantil

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) se reúne, às 9h, para examinar projeto (PLS 417/07), que obriga entidades a terem, em seus quadros, pessoal capacitado para reconhecer e reportar maus-tratos de crianças e adolescentes.

Henrique Meirelles em audiência na CAE

O presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, apresentará prestação de contas trimestral, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), às 10h.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Cláudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Garibaldi Alves Filho, Alvaro Dias, Epitácio Cafeteira, Magno Malta, César Borges e Mão Santa

Muitos senadores pretendiam vincular votação da DRU em segundo turno a recursos para a área da saúde. Compromissos do governo fizeram oposição recuar

Alvaro Dias queria aprovação este ano da Emenda 29

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) anunciou em discurso, antes da votação da DRU em Plenário, que a oposição só votaria a proposta em segundo turno se o projeto do senador Tião Viana (PT-AC) regulamentando a Emenda 29 (PLS-Complementar 121/07), que dispõe sobre recursos para a saúde, fosse também aprovada ainda este ano. A tese, depois superada por acordo de líderes, havia sido defendida pela oposição, no período da manhã, em reunião na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Pela proposta de Tião Viana, a União deve aplicar em saúde, a cada ano, 10% de sua receita corrente bruta e o rateio desses recursos entre estados, Distrito Federal e municípios deve levar em conta a população local. O texto mantém em 12% o percentual aplicado em saúde pelos estados e em 15% o aplicado pelos municípios. O projeto do parlamentar deve entrar na pauta só em 2008.

Mão Santa exige metade dos recursos da DRU para saúde

Mão Santa (PMDB-PI), em pronunciamento em Plenário, defendeu a destinação de metade dos recursos da Desvinculação de Receitas da União (DRU), utilizados livremente pelo governo, para a área da saúde. Para o senador, essa seria uma condição para a aprovação da renovação da DRU até 2011.

O parlamentar piauiense lembrou que a proposta foi apresentada pelo senador Tião Viana (PT-AC), há alguns meses, para efeito da regulamentação da Emenda 29 (que define recursos para a saúde), mas o governo não apoiou o projeto, preferindo proposta da Câmara dos Deputados, que foi aprovada naquela Casa e já tramita nas comissões do Senado.

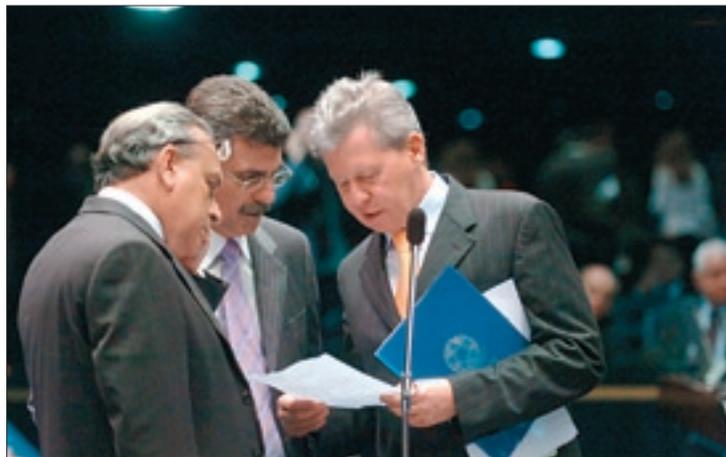
– Se querem compensar a perda da CPMF, então aprovelem a matéria do Tião [Viana] – argumentou Mão Santa, observando ainda que os recursos arrecadados com a CPMF são utilizados hoje, em grande parte, apenas para os gastos governamentais e que, até por isso mesmo, precisam de mais fiscalização.

Plenário aprova prorrogação da DRU até 2011

O Plenário do Senado aprovou em segundo turno, às 20h45 de ontem, por 65 votos a 6, a prorrogação da Desvinculação de Receitas da União (DRU) até 2011. A proposta de emenda à Constituição (PEC) será promulgada em sessão solene do Congresso Nacional marcada para as 10h30 de hoje.

A DRU é um mecanismo que permite ao governo federal gastar ou investir como quiser 20% das verbas do Orçamento vinculadas, por força da Constituição, à educação, à saúde e à Previdência Social. Criada em 1994 sob a denominação de Fundo Social de Emergência, a DRU tem caráter provisório. Nos últimos dias estimou-se que a receita manejada pode variar entre R\$ 80 bilhões e R\$ 90 bilhões.

A prorrogação até 2011 foi proposta junto com a extensão da vigência da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) por meio da PEC 89/07. Os líderes partidários, porém, concordaram em votar



Com acordo, proposta da DRU foi aprovada por 65 votos a favor e apenas 6 contra

os dois itens separadamente, de modo que, na madrugada do dia 13, a prorrogação da CPMF foi rejeitada, mas a DRU acabou aprovada em primeiro turno por 60 votos a 18.

A votação da proposta de emenda constitucional que prorroga a DRU foi acelerada por acordo de líderes. Eles entraram em entendimento para suprimir os chamados interstícios – intervalos exigidos entre uma sessão e

outra de discussão da matéria. O presidente do Senado, Garibaldi Alves, realizou duas sessões-relâmpago pouco antes das 19h e abriu em seguida a terceira sessão de discussão.

Após a abertura do painel de votação pelo presidente Garibaldi, encaminharam pela aprovação da DRU, além de Romero Jucá (PMDB-RR), líder do governo, os líderes do PRB, Marcelo Crivella (RJ); do PP, Francisco Dornelles

Leopoldo Silva

(RJ); do PT, Ideli Salvatti (SC); do PTB, Epitácio Cafeteira (MA); do PDT, Jefferson Péres (AM); e do PSDB, Arthur Virgílio (AM). O líder do DEM, José Agripino (RN), deixou a questão em aberto.

A partir dos encaminhamentos, os senadores passaram a se pronunciar sobre a DRU e a extinção da CPMF. O líder do PSDB considerou positivo que o governo, para obter a aprovação final da DRU, tenha se comprometido a não criar um novo imposto para substituir a CPMF nem fazer alterações no sistema tributário sem negociar com a oposição. Já o líder do DEM disse entender como um avanço político o fato de o governo ter aberto mão das conversas individuais com os parlamentares e ter negociado com os partidos “em bases transparentes sobre pontos que interessam à sociedade”. Líder do PSB, partido que integra a base do governo, o senador Renato Casagrande (ES), considerou positivo o diálogo entre o governo a oposição.



Apesar do acordo para votar a DRU, senadores estão convencidos da necessidade da reforma tributária ainda no decorrer de 2008

Senadores pedem urgência para reforma tributária

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), no encaminhamento da votação da DRU em Plenário, pediu uma reflexão de todos – governo, oposição e sociedade – para uma mudança no modelo tributário, que, na sua opinião, precisa passar por reforma, já que a sociedade “está acuada com a alta carga tributária”. Ela explicou ter votado contra a CPMF e, por coerência, também contra a DRU na votação em primeiro turno da proposta. A mudança de posição no segundo turno, quando apoiou a emenda, deveu-se, acrescentou, ao entendimento de “que a desvinculação é necessária para repor os compromissos da estabilidade e dos programas sociais”.

Já Alvaro Dias (PSDB-PR)

frisou que a rejeição da CPMF e o acordo para aprovar a DRU tiveram um efeito didático e pedagógico: obrigaram o governo e a oposição a uma discussão mais qualificada. Ele defendeu ainda a realização da reforma tributária em 2008, já que o Brasil “tem um modelo tributário de quinto mundo, ultrapassado”.

O presidente nacional do PSDB, Sérgio Guerra (PE), ao analisar a questão orçamentária depois do fim da CPMF, sugeriu um corte de 60% em todas as emendas parlamentares, devendo os restantes 40% ser honrados, independentemente de o parlamentar ser da base governista ou oposicionista.

O líder do PSB, senador Renato

Casagrande (ES), afirmou que a DRU, a ser extinta, no momento é importante para o país em função da rejeição da CPMF. Já o senador Francisco Dornelles (PP-RJ) disse esperar que, no futuro, o país tenha “maior lógica na administração financeira” e que não seja mais necessário utilizar recursos como a DRU.

O senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) lamentou que a oposição tivesse ignorado a carta do presidente Luiz Inácio Lula da Silva que pedia a prorrogação da CPMF. Lembrou que, contrariamente, a então oposição aceitou carta de Fernando Henrique Cardoso comprometendo-se com a não-privatização da Petrobras, desobstruindo votações

Moacir Mariz

Magno Malta faz balanço de sua atuação em 2007

O senador Magno Malta (PR-ES) fez um balanço do ano legislativo e lembrou projeto de sua autoria, sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que define como causa interruptiva da prescrição a publicação da sentença ou acórdão condenatório recorrível (Lei 11.596/07).

Citou ainda a proposta aprovada na CCJ da Câmara que prevê a utilização de equipamento de rastreamento eletrônico pelos condenados quando recebem, por exemplo, o benefício do indulto de Natal (originalmente PLS 175/07 e, na Câmara, PL 1.288/07). A matéria está pronta para análise em Plenário.



Magno Malta afirma que rastreamento eletrônico de presos depende da Câmara

Leopoldo Silva

Resolução aprovada pelo Plenário susta pagamentos mensais de R\$ 5 milhões relacionados à extinção do Banestado

Confirmado Dirceu Raposo na Anvisa

A recondução de Dirceu Raposo de Mello à presidência da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) foi aprovada ontem pelo Senado. Ele havia sido sabatinado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Na votação, Aloizio Mercadante (PT-SP) ressaltou a importância da agência.

– A Anvisa enfrenta poderosos interesses para defender a saúde pública – frisou.

Raposo foi elogiado por Marcelo Crivella (PRB-RJ), Flávio Arns (PT-PR), Renato Casagrande (PSB-ES), Alvaro Dias (PSDB-PR) e Francisco Dornelles (PP-RJ).

Casa da Moeda terá mais um diretor

O Plenário do Senado aprovou ontem projeto que aumenta de três para quatro o número de diretores da Casa da Moeda do Brasil. A matéria (PLC 29/07) vai à sanção.

De acordo com a exposição de motivos do Ministério da Fazenda, a mudança visa criar uma diretoria comercial para o desenvolvimento de política mais atuante que poderá favorecer a busca de novos mercados e clientes.

Atualmente, a entidade é integrada por um presidente e três diretores sem designação especial, nomeados pelo presidente da República.

CIF poderá financiar também as PPPs

Os senadores ratificaram ontem o projeto (PDS 20/07) que aprova o texto das Modificações aos Convênios Constitutivos da Corporação Financeira Internacional (CIF) e do Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (Bird). Com as alterações incorporadas aos convênios, a CIF poderá financiar o setor privado no Brasil em projetos de parcerias público-privadas (PPPs), uma vez que o texto do convênio anterior somente previa a concessão de financiamentos para entes públicos.

Senado suspende multas devidas pelo Paraná ao Tesouro Nacional

O estado do Paraná foi contemplado ontem com a sustação temporária de suas dívidas relativas a multas decorrentes da extinção do Banco do Estado do Paraná (Banestado). O estado deixará de pagar R\$ 5 milhões por mês à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), de acordo com resolução aprovada em regime de urgência pelos senadores.

A matéria, relatada favoravelmente pelo líder do PMDB, Valdír Raupp (RO), foi dispensada de exame na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) por requerimento de Osmar Dias (PDT-PR) e enviada diretamente ao Plenário. O presidente da CAE, Aloizio Mercadante (PT-SP), protestou contra a tramitação da proposição, argumentando tratar-se de matéria inconstitucional, “por ferir a Lei de Responsabilidade Fiscal e transferir a responsabilidade de uma dívida do Paraná com credores privados para a União”.

Mercadante também lembrou que o assunto deveria ser dirimido na Justiça – é objeto de um processo no Supremo Tribunal Federal (STF) –, mas não con-



Osmar Dias denuncia prejuízo ao povo do Paraná

venceu seus pares e o governo acabou derrotado.

Prejuízo

Ao sustentar sua posição em favor do Paraná, Osmar Dias argumentou que hoje a dívida paga à STN já atingiu o montante de R\$ 200 milhões, “o que causa enorme prejuízo ao povo paranaense”. Ressaltou, também, que, por conta de inadimplência, o estado deixará de cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal e perderá o acesso a novos créditos do governo e a empréstimos privados.

– O governo avalizou a dívida

e tem que cumprir sua obrigação de avalista – cobrou o senador.

Resolução

A proposição aprovada é um substitutivo de Raupp a projeto de resolução do líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), que tentou resolver uma questão da compra, pelo governo do Paraná, de títulos podres emitidos pelos estados de Alagoas, Pernambuco e Santa Catarina e por dois municípios de São Paulo,

durante a privatização do Banestado. Pelo fato de o banco não ter honrado os pagamentos, o estado do Paraná assumiu a responsabilidade e vem pagando uma multa mensal de R\$ 5 milhões. Antes disso, pagava R\$ 10 milhões. O Banestado acabou comprado pelo Banco Itaú.

A proposta de Jucá altera a Resolução 98/98 e condiciona a aprovação da matéria a um parecer do Ministério da Fazenda considerando nulos os títulos podres comprados pelo Paraná e reconhecendo a inexistência da dívida da multa.

Vai à sanção projeto que assegura direito de renúncia a aposentadoria

Mediante acordo de líderes partidários, o Senado aprovou ontem projeto que reconhece o direito de renúncia à aposentadoria no Regime Geral da Previdência. Como os órgãos da Previdência indeferem regularmente requerimentos de aposentados com essa finalidade, os interessados são obrigados a recorrer à Justiça quando têm interesse na medida, com a finalidade de se habilitar a outro benefício do mesmo regime ou de outro sistema previdenciário. O projeto (PLC 78/06), já aprovado pela Câmara dos Deputados, vai à sanção do presidente da República.

De acordo com o relator substituto da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) vem se negando a atender a requerimentos de segurados com base no argumento de que a aposentadoria representa

um ato jurídico perfeito. Como tal, sendo concretizada, não pode mais ter seus efeitos suspensos. Esse, no entanto, não tem sido o entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU), bem como do Poder Judiciário, com muitos julgamentos favoráveis aos segurados.

Renúncia

Nessas duas esferas vem prevalecendo o entendimento de que a renúncia constitui ato unilateral, em que o direito adquirido e o ato jurídico perfeito representam garantias do detentor do benefício e não do poder público. Os parlamentares entenderam que, para sanar a controvérsia, era necessária uma regulamentação definitiva.

O projeto foi apresentado à Câmara pelo então deputado Inaldo Leitão e altera a legislação que trata dos Planos e Benefícios da Previdência Social (Lei 8.213/91).

Projeto de resolução beneficia o DF

O Plenário aprovou ontem à noite projeto de resolução que prorroga até 31 de dezembro de 2008 regras especiais para comprovação de adimplência por parte de ente público que solicitar empréstimo, inclusive com aval da União.

O beneficiário imediato do projeto (PRS 94/07), que vai à promulgação hoje, é o Distrito Federal, por estar contratando crédito no valor de R\$ 176 milhões com o Banco Mundial.

A partir de 1º de janeiro de 2009, a verificação da adimplência abrangerá os números de registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) de todos os órgãos e entidades integrantes do estado, do Distrito Federal ou município ao qual pertença o órgão ou entidade pleiteante.

Virgílio defende criação de pólo de biocsméticos

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), defendeu ontem pressa do governo para a elaboração de estudos de criação de um pólo de biocsméticos no estado do Amazonas.

Ressaltando a importância da apresentação, com brevidade, de proposta nesse sentido pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, Virgílio argumentou que seu estado estaria disposto a discutir uma possível renúncia fiscal para viabilizar o empreendimento.

Segundo o senador, não só a população da Amazônia, mas todo o Brasil teria a ganhar com a implantação de uma planta industrial dessa natureza.

Virgílio também manifestou pesar pelo falecimento do lutador Ryan Gracie, que morreu em uma delegacia do Rio de Janeiro depois de preso, na semana passada. O parlamentar creditou ao médico que atendeu Ryan na cela da delegacia a responsabilidade pela aplicação de um coquetel de drogas que teria matado o atleta.

Rosalba pede mais investimentos em cultura

Rosalba Ciarlini (DEM-RN) fez ontem um apelo para que os municípios recebam mais recursos destinados à cultura. Ela citou pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que atesta o poder de geração de empregos do setor cultural.

Citando a pesquisa, a senadora disse que a cultura é uma das atividades econômicas que mais geraram empregos no biênio 2005/06, pagando um salário médio de R\$ 1.565,64, superior à média nacional. A pesquisa aponta que o setor tem 1,6 milhão de pessoas empregadas.

Rosalba lembrou que, quando foi prefeita do município de Mossoró, acrescentou um evento cultural à tradicional festa de Santa Luzia, que é a padroeira da cidade.



Rosalba cita pesquisa do IBGE apontando a cultura como geradora de empregos



Garibaldi (C) recebe Eduardo Suplicy (E), Osmar Prado, Leticia Sabatella e José Nery

Indicados senadores que vão acompanhar caso de dom Cappio

Os integrantes da comissão temporária externa criada pelo Senado para acompanhar o caso da greve de fome do bispo dom Luiz Flávio Cappio, da diocese de Barra, na Bahia, foram indicados ontem. A comissão – que será integrada pelos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Magno Malta (PR-ES) e José Nery (PSOL-PA) – foi formada na terça-feira, por requerimento de Nery.

Dom Cappio fez greve de fome durante 23 dias em protesto contra o projeto de transposição das águas do rio São Francisco. Ele foi internado ontem, o que, de acordo com seu médico, encerrou o jejum. Essa foi a segunda vez que dom Cappio se recusou a alimentar-se para protestar contra o projeto. Na primeira vez, em 2005, depois de negociações, o governo decidiu adiar o início das obras.

Ontem, o Supremo Tribunal Federal (STF) cassou a liminar que suspendia as obras de transposição, e o ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima,

anunciou que pretende levar adiante a execução do projeto.

Apelos

Depois de participar de ato público em apoio ao bispo, um grupo de parlamentares, artistas e representantes de movimentos sociais esteve no gabinete do presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, para cobrar sensibilidade à greve de fome. José Nery disse que a transposição, nos moldes em que o governo pretende, não serve aos interesses do povo nordestino, “que hipoteticamente seria beneficiado”.

– A obra beneficia quase que exclusivamente o agronegócio. Apenas de 4% a 5% do volume da água do rio vai servir ao pequeno agricultor – afirmou o senador.

Eduardo Suplicy fez um apelo em Plenário pelo bispo. O senador estava acompanhado dos atores Leticia Sabatella e Osmar Prado, que também foram recebidos por Garibaldi. Na ocasião, Heráclito Fortes (DEM-PI) frisou que, após a decisão do STF, “só falta uma manifestação do presidente Lula”.

Heráclito diz que governo tratou o bispo de forma desrespeitosa

Na opinião de Heráclito Fortes, o governo federal tratou de maneira desrespeitosa o bispo dom Luiz Flávio Cappio, que esteve até ontem em greve de fome contra as obras de transposição do Rio São Francisco. Segundo o senador, o assunto merecia atenção especial do primeiro escalão do Executivo, pois havia o risco de o bispo vir a falecer.

Para Heráclito, o governo foi omissivo. Ele registrou que o Poder Judiciário havia decidido que apenas o presidente da República poderia dar a ordem para paralisar as obras de transposição.

Em apartes, Eduardo Suplicy disse confiar na competência do chefe de gabinete do presidente Lula, Gilberto Carvalho, que ficou



Heráclito: governo foi omissivo, pois o caso merecia a atenção do primeiro escalão

responsável pela negociação com o bispo; e José Nery afirmou que “a pauta de reivindicações e a luta do povo do semi-árido, em relação à busca de alternativa para a transposição, continua de pé e deve ser motivo de preocupação”.

Senado e Câmara escolhem os nomes dos membros do grupo de oito senadores e 16 deputados titulares que representará o Congresso durante o recesso

Plenário aprova integrantes da Comissão Representativa

O Plenário aprovou ontem a indicação dos senadores que vão compor a Comissão Representativa do Congresso Nacional durante o recesso parlamentar, de 26 de dezembro a 5 de fevereiro. Indicados pelas lideranças partidárias, os nomes foram lidos pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, e referendados.

A comissão terá, como membros titulares, Adelmir Santana (DEM-DF) e Lúcia Vânia (PSDB-GO), pelo Bloco da Minoria; Garibaldi Alves Filho (RN) e Valdir Raupp (RO), pelo PMDB; Ideli Salvatti (PT-SC) e João Ribeiro (PR-TO), pelo Bloco de Apoio ao Governo; Eptácio Cafeteira (MA), pelo PTB, e Cristovam Buarque (PDT-DF) pelo bloco PDT/PSOL. Como suplentes, farão parte da comissão Demostenes Torres (DEM-GO), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Valter Pereira (PMDB-MS), Leomar Quintanilha (PMDB-TO), Renato Casagrande (PSB-ES), Marcelo Crivella (PRB-RJ) e Gim Argello (PTB-DF).

Entre as atribuições da Comissão Representativa estão: zelar pelas prerrogativas do Congresso, de suas Casas e seus membros, e pela preservação da competência legislativa do Congresso em face da atribuição normativa dos outros Poderes; autorizar o presidente e o vice-presidente da República a se ausentarem do país por mais de 15 dias; e deliberar sobre a



Comissão Representativa do Congresso funcionará durante o recesso parlamentar

sustação de atos normativos do Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa, desde que se caracterize a necessidade da medida cautelar em caráter urgente.

A comissão também será integrada por 16 deputados titulares, já escolhidos pela Câmara: Chico Abreu (PR-GO), Geraldo Magela (PT-DF), Marcelo Melo (PMDB-GO), Márcio Reinaldo Moreira (PP-MG), Paes Landim (PTB-PI), Rubens Otoni (PT-GO), Tadeu Filippelli (PMDB-DF), Waldemir Moka (PMDB-MS), Arnaldo Jardim (PPS-SP), Eduardo Gomes (PSDB-TO), Guilherme Campos

(DEM-SP), Leonardo Vilela (PSDB-GO), Osório Adriano (DEM-DF), Dr. Ubiali (PSB-SP), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Ivan Valente (PSOL-SP).

Os deputados suplentes são Antônio Andrade (PMDB-MG), Gilmar Machado (PT-MG), Lázaro Botelho (PP-TO), Luiz Sérgio (PT-RJ), Mauro Benevides (PMDB-CE), Pedro Chaves (PMDB-GO), Sandro Mabel (PR-GO), Tatico (PTB-GO), Vicentinho (PT-SP), Carlos Alberto Leréia (PSDB-GO), Davi Alcolumbre (DEM-AP), Fernando de Fabinho (DEM-BA) e Rafael Guerra (PSDB-MG).

Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas funciona até junho

O prazo de funcionamento da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas foi prorrogado até 18 de junho de 2008, conforme requerimento aprovado ontem, em sessão do Congresso. A prorrogação foi solicitada pelo relator e pelo presidente da comissão, senador Renato Casagrande (PSB-ES) e deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO), respectivamente. Também foi aprovada a convalidação de todos os atos praticados pelo colegiado durante o seu primeiro período de funcionamento em 2007.

Casagrande salientou que a ampliação da data se faz necessária para que seja dada seqüência

aos trabalhos e encaminhadas as propostas apresentadas no relatório final, acolhido na quinta-feira passada. A comissão foi criada para acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil.

O deputado Ricardo Barros (PP-PR) ressaltou que o assunto precisa receber “máxima atenção”, pois, observou, o Brasil é um país predominantemente agrícola e as mudanças climáticas poderão interferir na produção.

O documento de Casagrande apresentou as recomendações do colegiado para o enfrentamento dos problemas causados pelo



Casagrande: prorrogação das atividades do colegiado dará seqüência ao trabalho

aquecimento global. O prolongamento dos trabalhos havia sido acatado pelos integrantes da comissão no mesmo dia em que o relatório foi aprovado. Na ocasião, os parlamentares também defenderam a criação de uma comissão permanente do Congresso Nacional para tratar das mudanças no clima.

Leopoldo Silva



Tecnologia 3G incluirá os mais pobres na era digital, diz Augusto

Augusto afirma que licitação de celular vai beneficiar pequenas comunidades

Na opinião de Augusto Botelho (PT-RR), o maior avanço da licitação da nova banda da telefonia celular é a tecnologia de terceira geração (3G), com a obrigatoriedade de atendimento de estados menos populosos e de menor renda pelas empresas ganhadoras das áreas comercialmente mais atraentes.

Os ganhadores da licitação na capital paulista, por exemplo, terão

de atender o Pará, o Amapá, o Maranhão e Roraima, explicou.

O senador disse que dos 15 municípios de seu estado, só quatro têm telefonia celular. Ele lembrou que existem 116 milhões de celulares no país, distribuídos em 1.800 municípios. Com a nova modalidade, a meta da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) é estabelecer, em oito

anos, para 3.600 municípios, a cobertura das redes de celulares de terceira geração. A tecnologia 3G permite a transmissão de dados em alta velocidade, ou banda larga, melhorando a capacidade do celular de conectar-se à internet.

– Essa amarração que a Anatel está fazendo é uma solução para incluir as pessoas menos privilegiadas, as comunidades mais po-

bres na era da tecnologia do celular e na era digital – afirmou.

O senador elogiou também o leilão na área de geração de energia para o projeto da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio, no rio Madeira. No seu entender, a iniciativa representa o início de uma nova era de produção de energia elétrica a preços 37% mais baixos do que os atualmente praticados.

Adiada votação de empréstimo para o RS

O empréstimo de R\$ 1 bilhão a ser concedido pelo Banco Mundial ao Rio Grande do Sul só poderá ser aprovado pelo Senado em fevereiro, anunciou Paulo Paim. O senador havia manifestado expectativa de que a autorização para o estado contrair a operação de crédito fosse aprovada hoje pelo Plenário.

– Da parte do Banco Mundial e do governo federal já está tudo encaminhado. Não é culpa da governadora Yeda Crusius, mas há uma questão técnico-contratual que precisa ser resolvida – explicou Paim.

Mário Couto faz balanço do 1º ano de mandato

O senador Mário Couto (PSDB-PA) agradeceu o apoio recebido dos colegas, dos servidores do Senado, “do povo brasileiro e do povo do Pará” no primeiro ano de seu mandato. Ele fez um reconhecimento especial a Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Mário Couto disse que, em 2007, pôde discutir e analisar no Senado temas importantes como segurança pública, violência, transportes, saúde e educação. Acrescentou que o Senado deu um presente especial de fim de ano aos brasileiros: a extinção da CPMF.

Aprovado projeto que proíbe seleção danosa à dignidade do trabalhador

Comissão de Assuntos Sociais acata proposta que proíbe o uso de métodos de recrutamento de pessoal de caráter discriminatório, que exijam despesas não justificadas ou que violem sigilo

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou projeto que proíbe o uso de métodos de recrutamento de pessoal que possam causar dano à honra e à dignidade do trabalhador.

A proposta do senador Paulo Paim (PT-RS) foi aprovada ontem em turno suplementar, na forma de substitutivo de Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), e recebeu decisão terminativa na CAS.

Pelo projeto (PLS 262/03), fica proibida a utilização de técnicas de caráter discriminatório, que exijam o pagamento de taxas e

despesas sem justificativa ou que violem o sigilo de dados do trabalhador.

O substitutivo, que incorporou emenda de Lúcia Vânia (PSDB-GO), foi aprovado pela CAS no último dia 5 em primeiro turno. A proposta da senadora atribui à Justiça do Trabalho a competência de julgar as violações de que trata o projeto e amplia o valor máximo da indenização a ser arbitrado pelo juiz – de dez salários mínimos passa para dez vezes o salário do emprego pretendido pelo candidato.



Paim é o autor da proposta que recebeu decisão terminativa

Leopoldo Silva



Cláudio Rodrigues (E), Odair Gonçalves, Papaléo Paes e Maria Ângela Nogueira durante audiência

J. Freitas

Arns está preocupado com dependência de produto canadense

Flávio Arns (PT-PR) afirmou, durante audiência na Subcomissão da Saúde, estar preocupado com a dependência brasileira do molibdênio canadense. Na opinião do senador, o Brasil deve começar a investir na produção própria, e negociar com outros países que produzem o material, como Bélgica e Inglaterra, para evitar futuros problemas com o fornecimento.

Arns acredita que o investimento na produção do molibdênio, apesar de alto, trará benefícios ao país, pois o número de brasileiros que necessitam de cintilografias vem aumentando. Além disso, o Brasil poderá exportar o material, considerou.

O superintendente do Ipen, Cláudio Rodrigues, explicou que há apenas quatro empresas que produzem o molibdênio em todo o mundo. Por essa razão, a crise na Nordion afetou vários países. O presidente da Cnen, Odair Gonçalves, afirmou que a produção de molibdênio requer um reator nuclear de US\$ 450 milhões, e que proposta de independência só pode ser viável num prazo de 15 anos. Além disso, o Brasil precisará entrar em acordo com os demais países produtores.

Autoridades garantem que material para exame voltou a ser fornecido

Autoridades da área da saúde garantiram que está normalizado o fornecimento, para o Brasil, do elemento químico radioativo molibdênio, necessário para a produção do tecnécio – um material utilizado em cintilografias, exames para detecção e acompanhamento de câncer, problemas renais e cardíacos.

Os especialistas participaram ontem de audiência que debateu, na Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, a suspensão, ocorrida neste mês, de parte do fornecimento do molibdênio importado da MDS Nordion. A empresa canadense alegou que seu equipamento estava em manutenção.

O superintendente do Instituto de

Pesquisas Energéticas e Nucleares (Ipen), Cláudio Rodrigues, garantiu que até o final do mês os geradores de tecnécio estarão sendo entregues normalmente para todas as clínicas e hospitais do país. O presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen), Odair Dias Gonçalves, não acredita que essa crise internacional no fornecimento aconteça novamente.

O diretor-clínico do Instituto do Coração (Incor) do DF, Adriano Caixeta, disse que são realizadas, no país, mensalmente, cerca de 200 mil cintilografias. Já a representante da Anvisa, Maria Ângela Nogueira, afirmou que, em breve, o Brasil terá uma normatização específica, voltada para a área de medicina nuclear.

Flexa Ribeiro: governadora desrespeita PM

A violência no Pará, segundo Flexa Ribeiro (PSDB-PA), vem crescendo. O senador disse que a governadora Ana Júlia Carepa tem adotado medidas na área de segurança pública que desagradam a Polícia Militar do estado.

– A governadora mudou, por decreto, as regras de promoção dos oficiais da PM do estado, em desrespeito à hierarquia militar.

Ele adiantou que o PSDB pretende requerer a inconstitucionalidade do Projeto de Lei 241/07, do Executivo local, que institui o serviço auxiliar voluntário na PM paraense.

Zambiasi pede voto de louvor ao grupo RBS

A campanha de prevenção a acidentes de trânsito, veiculada pelas emissoras de TV e de rádio, pelos jornais e pelo portal de internet do grupo Rede Brasil Sul de Comunicações (RBS), foi elogiada por Sérgio Zambiasi (PTB-RS). O senador requereu voto de louvor à medida.

– A campanha é um apelo à paz no trânsito dirigido aos jovens que fazem uso de bebidas alcoólicas e se julgam imortais. Segundo o Denatran, 42% dos condutores de veículos envolvidos em acidentes fatais no Brasil têm até 19 anos – disse.

Emenda acolhida pela Comissão de Constituição e Justiça inclui na lei sobre lavagem de dinheiro a destinação de recursos ao crime organizado

Audiência vai discutir limite de faixa de fronteira

Com o objetivo de debater a proposta de emenda à Constituição que reduz a faixa de fronteira de parte do território nacional, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania decidiu ontem realizar audiência pública em data ainda a ser definida. A matéria (PEC 49/06) é de autoria do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) e tem como relator o senador Epitácio Cafeteira (PTB-MA).

Atualmente, a Constituição define que “a faixa de até 150 quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei”.

A proposta de Sérgio Zambiasi visa reduzir essa faixa para 50 quilômetros de largura.

Cobrança de ICMS sobre petróleo gera debate

A CCJ aprovou ontem requerimento para a realização de debate sobre proposta de emenda à Constituição (PEC 20/07) que visa garantir aos estados produtores de energia, petróleo e derivados a cobrança do ICMS sobre tais produtos nas vendas para as demais unidades federativas. A audiência ficará para o próximo período legislativo.

O requerimento foi apresentado por Marcelo Crivella (PRB), do Rio de Janeiro, estado que lidera a produção de petróleo no país. A PEC tem como primeiro subscritor Paulo Duque (PMDB), também da bancada fluminense. Na prática, a proposta quer estabelecer para a energia e o petróleo sistema de cobrança compartilhada de ICMS, aplicado para os outros produtos nas operações interestaduais.

CCJ aprova punição rigorosa para quem financiar atividade terrorista

Quem financiar, com bens ou dinheiro, ações criminosas praticadas com a finalidade de criar pânico na população para constranger o Estado democrático ou organização internacional estará sujeito à pena de reclusão de quatro a 12 anos, acrescida de multa. Incurrirá nas mesmas penas quem coletar ou receber bens e dinheiro a serem empregados na prática do crime.

A decisão foi tomada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), ao aprovar emenda de Plenário do senador Romero Jucá

(PMDB-RR) a projeto de autoria do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE). A proposição de Valadares (PLS 209/03) que dispõe sobre lavagem de dinheiro faz parte do pacote antiviolação votado pela CCJ no primeiro semestre deste ano.

A emenda de Jucá tem por meta atender dispositivo da Convenção Internacional para Supressão do Financiamento do Terrorismo, com o objetivo de promover ações para combater o crime de lavagem de dinheiro.

A CCJ acolheu duas emendas de

redação ao mesmo projeto, que volta a ser examinado pelo Plenário.

ProUni

A comissão aprovou ainda parecer do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) a projeto de lei de Marconi Perillo (PSDB-GO) que permite a adesão ao Programa Universidade para Todos (ProUni) de instituições oficiais estaduais e municipais não-gratuitas (PLS 85/07). A proposta segue para exame da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), onde será votada em decisão terminativa.



Marco Maciel conduz a reunião da Comissão de Justiça que votou projetos como o que visa garantir a segurança dos medicamentos

Remédio poderá ser rastreado mediante código de barras

Foi acolhido ontem pela CCJ parecer favorável do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) a projeto de lei que prevê o rastreamento de medicamentos desde a produção até o consumo. O controle deverá ser realizado eletronicamente, por meio de código de barras. A proposta é de autoria da deputada federal Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

Em sua justificativa, a deputada afirma que “a importância de se rastrear um medicamento dentro da rede de produção, distribuição e consumo deve-se à necessidade de garantir, a qualquer momento, a segurança e a eficácia do produto”.

Controle

O projeto cria ainda o Sistema Nacional de Controle de Medicamentos, que será o responsável pelo rastreamento. De acordo com a proposição, esse sistema terá de ser implantado em um prazo de três anos pelo órgão de vigilância sanitária federal competente.

Essa matéria foi aprovada em março deste ano na Câmara dos Deputados, na qual tramitou como PL 6.672/02. No Senado, a proposta está sendo apreciada sob a forma do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 24/07 e tem de ser votada na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e no Plenário.

Projeto exige lei estadual para criação de cartórios

A Comissão de Justiça acolheu ontem proposta que exige a elaboração de lei estadual para que sejam criados novos cartórios extrajudiciais. A matéria, de autoria do deputado federal Inocêncio Oliveira (PR-PE), ainda tem de passar por votação no Plenário do Senado. O relator na CCJ foi o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

O assunto é polêmico, pois trata de competências de diferentes Poderes. Atualmente, é o Judiciário, por meio de atos administrativos, que permite a realização de concursos para tabelião ou notário, que é o responsável pelo cartório. Pelo projeto, a criação de cartórios teria de estar prevista em lei estadual.

Ao justificar seu voto favorável à matéria, Azeredo argumenta que “é correta a atribuição, às assembleias legislativas, da incumbência de editar leis sobre concurso de admissão ao cargo de tabelião, a ser realizado pelo Poder Judiciário”. Ele ressalta que “tal providência tem o condão de coibir possíveis manobras escusas tendentes a baldar os certames para provimento do cargo de tabelião”.

O projeto – que altera a Lei dos Cartórios (Lei 8.935/94) – foi aprovado na Câmara como PL 160/03. No Senado, a proposta está sendo apreciada sob a forma do PLC 7/05.



Relatório de Jarbas Vasconcelos mantém decisão da CCJ

Estados devem arrecadar e aplicar recursos do Pasep

Os senadores da CCJ aprovaram ontem relatório de Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) que mantém decisão anterior do colegiado, no exame da Proposta de Emenda à Constituição 59/05, para garantir aos estados, Distrito Federal e municípios o direito de arrecadar e aplicar diretamente, em benefício de seus servidores, os recursos que hoje recolhem ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor (Pasep).

A decisão foi tomada com a rejeição de emenda de Plenário apresentada à PEC, de autoria de Romero Jucá (PMDB-RR).

Formação

Agora, o texto volta a ser examinado em Plenário na forma proposta por seus defensores, o primeiro deles o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM). Além de assegurar aos servidores de cada ente federado o acesso aos benefícios destinados a ações de formação e qualificação profissional, hoje oferecidos apenas aos trabalhadores do setor privado, por meio do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), a matéria estabelece que cada unidade de governo – União, estados, o Distrito Federal e os municípios – promova a aplicação dos recursos.

A PEC tem como primeiro subscritor o senador Arthur Virgílio. No texto, seus defensores classificam como injustiça o fato de as contribuições do PIS-Pasep, que integram o FAT, não gerarem benefícios para os servidores públicos.



Euclides cita leis sancionadas por Collor que beneficiaram o país

Collor criou bases para o país crescer, diz Euclides Mello

O senador Euclides Mello (PRB-AL) afirmou que o governo do ex-presidente Fernando Collor de Mello (março de 1990 a outubro de 1992) contribuiu para que o Brasil chegasse à situação atual de relativa tranquilidade, principalmente em termos econômicos. Suplente de Collor, que se encontra em licença, Euclides lembrou que o ex-presidente da República extinguiu empresas públicas ineficientes e deficitárias, deu início ao processo de privatização de estatais e foi o responsável pela inserção da economia brasileira em um plano mais globalizado.

– Foi o presidente Collor quem deu início à abertura comercial, isto é, à gradual redução das alíquotas incidentes sobre bens importados, o que forçou o aumento da competitividade na economia brasileira. Foi em seu governo que avançou enormemente o processo de desregulamentação da economia e a abertura do mercado financeiro ao capital internacional.

Leis

Entre as medidas legais sancionadas por Collor que beneficiaram o país, Euclides citou a Lei 8.172/91, que restabeleceu o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, e a Lei 8.427/92, que dispôs sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural. O senador mencionou ainda o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Código de Defesa do Consumidor.

Euclides Mello avaliou que a recente decisão do Senado de extinguir a cobrança da CPMF aponta para a necessidade de adoção urgente de uma reforma tributária.

Serviço só deve ser operado entre 9h e 21h, em dias úteis, e entre 10h e 16h, aos sábados. Consumidor que não quiser ser incomodado pode integrar um registro de chamadas de caráter nacional

Comissão aprova projeto que coíbe abusos e fraudes no telemarketing

Projeto de lei que regulamenta práticas de *telemarketing* foi aprovado ontem pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), na forma de substitutivo de Renato Casagrande (PSB-ES). A proposta, que será examinada terminativamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), coíbe abusos e fraudes na prestação desse serviço e implementa o Registro Nacional de Chamadas – uma lista de quem não deseja receber ligações desse tipo.

A proposta original (PLS 243/04) é de autoria da senadora Roseana Sarney (PMDB-MA). De acordo com o substitutivo aprovado, os serviços de *telemarketing* ativo – aqueles em que o consumidor recebe a chamada – ficam restritos ao horário entre 9h e 21h, em dias úteis, e entre 10h e 16h, aos sábados. Nos domingos e feriados, não haverá esse tipo de serviço. A modalidade ativa corresponde a 20% das operações de *telemarketing*. O restante é composto por ligações geradas pelos próprios consumidores, que não são atingidas pela regulamentação da proposta, explicou Casagrande.

O substitutivo também cria o Registro Nacional de Chamadas – um cadastro de consumidores que não quiserem receber esse tipo de chama-



Marcelo Crivella preside última reunião do ano do colegiado

da. O relator havia dado prazo de seis meses após a aprovação da lei para a instalação do cadastro, mas, a pedido dos senadores Sérgio Zambiasi (PTB-RS) e Heráclito Fortes (DEM-PI) e da Associação Brasileira de Telemarketing, o prazo foi modificado para um ano após a aprovação da lei.

Menores

O texto de Renato Casagrande também proíbe os operadores de *telemarketing* ativo de fazer abordagem a menores de idade, ligar para serviços de saúde e realizar ligações a cobrar ou sem se identificar logo no início da chamada.

– Trata-se de um setor importante para a economia brasileira, que tem empresas em todo o país. Queremos fazer uma lei que proteja o cidadão, mas que não iniba a atividade

econômica – destacou Casagrande.

Favorável ao projeto de Roseana Sarney, o substitutivo rejeita o PLS 123/07, do senador Expedito Júnior (PR-RO), que tramita em conjunto e também regulamenta os serviços de *telemarketing* e os pedidos de doações feitos por telefone. O relator explicou ter optado pela proposta mais antiga.

Custo

Expedito Júnior se disse preocupado porque o substitutivo do senador capixaba determina que o governo federal será responsável pela criação do Registro Nacional de Chamadas e que, assim, “o povo vai pagar a conta” pela implantação do sistema.

Renato Casagrande explicou que optou por essa forma de regulamentação por acreditar que o governo resguardará melhor os interesses públicos. Caso a criação do cadastro ficasse apenas nas mãos das empresas, como previa o projeto de lei de Expedito Júnior, poderia tornar-se mais difícil ao consumidor participar da lista, acredita o relator. Casagrande lembrou ainda que o governo poderá impor tarefas às empresas depois da regulamentação da matéria.

Debate

A CCT aprovou também requerimento de Augusto Botelho para a realização de audiência pública com autoridades, lideranças acadêmicas e cientistas sobre projeto de lei (PLS 346/05), do senador Pedro Simon (PMDB-RS), que veda a cobrança mensal por operadoras de TV por assinatura de ponto extra.

Na reunião, foram acatados ainda pareceres favoráveis a 50 projetos de decreto legislativo que renovam a concessão de funcionamento de emissoras de rádio e televisão.



Sibá é relator de proposta que determina o voto optativo

Sibá Machado defende fim do voto obrigatório

Sibá Machado (PT-AC) propôs ontem o fim do voto obrigatório no Brasil, tanto nas eleições quanto em referendos e plebiscitos. Para o senador, o voto é um direito “e deveria ser exercido com liberdade”. Ele defendeu a adoção do voto optativo, ou voto facultativo, conforme prevê proposta de emenda à Constituição (PEC 14/03) da qual é relator.

Quando o cidadão se alista na Justiça Eleitoral, explicou Sibá, ele adquire seus direitos políticos, tendo garantido o direito ao voto. A questão, avalia o senador, é se o voto seria um direito ou um dever.

– Votar é o verdadeiro exercício da cidadania, a maneira mais eficiente e cristalina de exercício da soberania popular. O direito ao voto é, sem dúvida, uma conquista de liberdade. Mas será que, por se tratar de um direito de liberdade de um povo, esse mesmo voto não deveria ser livre? – questionou.

Punições

O senador disse acreditar que o voto seja, antes de tudo, um direito. E, como direito do cidadão, deveria ser exercido com liberdade, sem as sanções, multas e punições previstas atualmente. Sibá Machado argumentou que as punições existem para o descumprimento de deveres, e não de direitos. Caso o voto se torne facultativo, Sibá lembrou que serão necessários pesados investimentos em políticas sociais e de educação, para destacar a importância de o cidadão exercer o direito ao voto.

Em aparte, Jefferson Péres (PDT-AM) declarou que chegou a hora de o país acabar com a obrigatoriedade do voto.